

vando-se, somente, a elaboração do plano geral, o direito da escolha dos colaboradores e de harmonização dos capítulos de cada um deles. Não impôs restrição, não reclamou obediência a qualquer norma, nem de longe procedeu segundo qualquer preconceito. Demonstrou, com isto, sua descrença em critérios infalíveis, em soluções definitivas, que se revelam, quase sempre, tão inçadas de perigos para o leitor pouco prevenido. *A História Geral da Civilização Brasileira* não tem pretensões a propor o assunto segundo um esquema fechado: o público, em geral, empenhado no enriquecimento de sua cultura, terá, por intermédio dela, a oportunidade para uma visão larga do processo formativo do país; alguns, certamente, encontrarão aí um estímulo para novas pesquisas, levando-a a constituir-se numa etapa dos estudos da história brasileira, proporcionando novas sugestões, favorecendo novas idéias, fertilizando a mente dos jovens que se sintam atraídos por este ramo de estudos”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\*

\* \*

IGLÉSIAS (Francisco). — *História e Ideologia*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1971 (\*).

Focalizando temas afins, os cinco ensaios de Francisco Iglésias coligidos em *História e Ideologia* (Um conceito equivoco — a História Universal; Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX; Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo; Celso Furtado, pensamento e ação; Pensamento político de Fernando Pessoa) são todos capítulos da história das idéias, terreno resvaladiço, cheio de armadilhas para o intérprete, porque situado justamente no ponto de junção do pensamento teórico com as circunstâncias práticas que o condicionam. No caso, o intérprete, historiador por ofício, adota uma “linha comum em todos os ensaios, que é a preocupação histórica e o tratamento em termos de situação do tema em relação ao tempo e ao local” (pág. 13). Requisito para a análise de quaisquer idéias, sejam religiosas, artísticas ou políticas, essa perspectiva metodológica não poderia faltar a estudos como os de Iglésias, tão sérios e densos quanto flexíveis nos seus juízos conclusivos. Mas vemos, desde o primeiro deles, que a metodologia prolonga-se em epistemologia. Pois que é epistemológica a questão do conteúdo ideológico da História Universal, tal como esta se firmou em torno da idéia de Humanidade enquanto sujeito do progresso material e espiritual, elaborada, a partir da filosofia da Ilustração, por Condorcet, Herder, Kant e Hegel. “A história geral, universal, é uma abstração, um equívoco. Há histórias parciais de determinados povos ou culturas” (pág. 50). Se hoje admitimos não mais do que a existência de “histórias parciais”, se o co-

(\*). — Reproduzido, devidamente autorizado, do Suplemento Literário do Jornal “Minas Gerais” de 7 de outubro de 1972. (Nota da Redação).

nhecimento histórico, obtido “por cortes no tempo e no espaço (...)”, depende dos três quadros referenciais, um geográfico, outro cronológico e um terceiro analítico, a que alude Leon Halkin, não pode o historiador postular, com base nesse conhecimento descontínuo, que versa sobre segmentos do passado ou sobre determinadas ordens de fatos, senão “certa continuidade, formada de elementos nem sempre determináveis, que constituem a linha de evolução” (pág. 52). Convenhamos, porém, que a falta de continuidade é mais uma contingência da própria forma do conhecimento histórico do que um parcelamento da realidade “imposto por motivos didáticos” (pág. 52). Nessas condições rejeitada, por seu conteúdo ideológico, a unificação totalizadora, pressuposto da História Universal, como desenvolvimento uniforme e unidirecional de uma só humanidade, que era, afinal, mesmo na filosofia hegeliana, um reflexo do homem europeu do século XIX, deve-se buscar a unidade do processo histórico na correlação das diferentes sociedades, civilizações e culturas.

Dos valiosos estudos de tipologia ideológica que o volume encerra, limitamo-nos a destacar os dois que se referem ao brasileiro Jackson de Figueiredo e ao português Fernando Pessoa. Faltava-nos a análise abjetiva que faz Iglésias do primeiro, figura carismática bem representativa de uma posição da inteligência brasileira, quando esta, após a Primeira Grande Guerra, experimentou, sob o impacto das mudanças sociais que levaram ao Modernismo e à revolução política de 1930, a sua primeira crise. Convertendo-se ao catolicismo em 1918, Jackson de Figueiredo, escritor político sobretudo, espírito apaixonado de catecúmeno, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, mobilizando os intelectuais católicos, que efetivamente liderou, numa cruzada de regeneração moral e social, sob a bandeira de doutrina autoritarista e inconsistente, que muito deveu a Joseph de Maistre e a Charles Maurras. Coerente com essa posição reacionária, ideólogo puro que foi, assumiu sem disfarce, e até à intolerância, o papel de disciplinador espiritual da sociedade, que não soube transcender.

Em outro contexto histórico, a singularidade ideológica de Fernando Pessoa, bem compreendida por Iglésias, que se debruçou tanto sobre os *Textos Filosóficos* quanto sobre a *Sociologia do Comércio* (pena que não mencione *O Banqueiro Anarquista*), veio do fato ou da fatalidade de haver o grande poeta transcendido quantas situações exteriores, principalmente as políticas, se formaram ao seu redor. Quem se escolheu algumas vezes anti-liberal e outras “liberal dentro do conservadorismo”; quem se proclamou sebastianista, partidário de um nacionalismo místico, e escreveu contra o preconceito da Ordem; quem, como “indisciplinador de almas”, capaz de transfundir o seu messianismo no ocultismo e o seu ocultismo numa alquimia poética, foi um *nilista transcendental* ou um anarquista intelectual, não poderia ter senão uma ideologia inclassificável, atípica. “Fernando Pessoa foi poeta e por sua obra deve ser julgado. Tudo o mais é acidental e de importância secundária comparado à poesia que deixou” (pág. 292). Essa compreensão da poesia, como um limite valorativo do pen-

samento político de Fernando Pessoa, marca o ensaísmo de Francisco Iglésias com uma nota de autêntica serenidade.

BENEDITO NUNES

\*

\* \*

MOTA (Carlos Guilherme). — *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo. Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo. 1972.

Originalmente, apresentado como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, em novembro de 1970, trata-se de trabalho modelar no gênero, “um estudo de história da consciência social” (p. 1), que vem fornecer elementos valiosos para a compreensão da mentalidade brasileira, no início do século XIX.

Para avaliar-se o mérito da pesquisa, basta verificar a documentação utilizada pelo professor Carlos Guilherme, quase tôda inédita e em grande parte transcrita na obra: documentos manuscritos, documentos impressos, cronistas, informações de viajantes, artigos e publicações periódicas, bibliografia geral e especializada.

O livro compõe-se de quatro capítulos e uma parte introdutória, onde o autor faz considerações sôbre o tema, o método e a documentação.

No primeiro capítulo, “O Nordeste brasileiro, da descolonização portuguesa a dependência inglesa”, o autor demonstra a necessidade de enquadrar-se o movimento de 1817, dentro de um contexto mais amplo, devendo ser entendido como: a “primeira manifestação mais significativa de uma série de rebeliões que iriam marcar o trânsito do Brasil do Antigo Sistema Colonial português para os quadros do Imperialismo inglês” (p. 15). Salienta também que o movimento insurrecional, eclode numa época de crise econômica no nordeste, agravada pelas tensões sociais que há muito vinham se desenvolvendo. Interesses da aristocracia nativa, chocam-se com interesse dos mercadores. Os monopólios afetam todos os setores, grandes proprietários, comerciantes nacionais e camadas livres e pobres. Fatores externos como: importação de idéias, infiltração de comerciantes do noroeste europeu e Estados Unidos da América, movimentos emancipadores da América Espanhola e a presença inglesa que controla cada vez mais os diversos níveis da vida do nordeste, também concorrem para acelerar o processo de deterioração das relações sociais.

No segundo capítulo, “As formas de pensamento revolucionários”, o autor interpreta a sociedade nordestina no início do século XIX, como “estamental escravista”. A partir dessa premissa, propõe um estudo das formas de pensamento emergentes na época, diversa d'aquela que utiliza o “esquema do tipo luta de classes” (p. 68), uma vez que essas formas de pensamento, só podem